

determino que o conselheiro de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Mário Rui dos Santos Miranda Duarte seja nomeado director de serviços das Instituições Comunitárias, da Direcção-Geral dos Assuntos Comunitários, indo ocupar a vaga resultante da cessação de funções do conselheiro de embaixada António Manuel Torres Domingues Leão Rocha.

2 — O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 11 de Agosto de 2006.

31 de Agosto de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Elementos biográficos de Mário Rui dos Santos Miranda Duarte

Síntese

Nascido em 12 de Junho de 1965.
Licenciado em História.

Progressão na carreira:

Adido de embaixada em 15 de Dezembro de 1990;
Conselheiro de embaixada em 18 de Abril de 2003.

Serviços internos — 1990-1996:

Direcção de Serviços de Relações Culturais Bilaterais (Culturais — 1990-1992);

Direcção de Serviços da Cifra (CI — 1992-1993);

Direcção de Serviços de Segurança e Defesa (DSD — 1993-1996).

Quadro externo — 1996-2003:

Cônsul em Providence em 6 de Dezembro de 1995;

Na Missão de Portugal junto das NU, Nova Iorque (em comissão de serviço durante a presidência portuguesa da EU no 1.º semestre de 2000);

Na DELNATO em 4 de Setembro de 2000.

Em Portugal — 2003.

Adjunto diplomático do Primeiro-Ministro Dr. José Manuel Durão Barroso, em 1 de Setembro de 2003;

Adjunto diplomático do Primeiro-Ministro Dr. Pedro Santana Lopes, em Julho de 2004;

Director dos Serviços Políticos Multilaterais (SPM), em 21 de Março de 2005.

Artigo publicado na revista *Negócios Estrangeiros*, n.º 9.

Louvor do Primeiro-Ministro Dr. Durão Barroso.

Louvor do Primeiro-Ministro Dr. Pedro Santana Lopes.

MINISTÉRIOS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA DEFESA NACIONAL

Portaria n.º 1319/2006

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea *a*), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, nomear o tenente-coronel PILAV (049877-H) Mário Rui Aguiar dos Santos para o cargo de «Faculty adviser» no Colégio de Defesa NATO, em Roma, República Italiana, em substituição do capitão-de-mar-e-guerra M (306572) Manuel Augusto Borges Gonçalves, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o oficial agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 1320/2006

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, exonerar o tenente-coronel de infantaria (01363084) Jorge Manuel Barreiro Saramago do cargo «SO1 Plans (Projects)» no QG/RRC, em Milão, República Italiana, cargo para o qual foi nomeado pela portaria n.º 40/2003 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 2002, dos Ministros de Estado e da Defesa Nacional e dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 12, de 15 de Janeiro de 2003.

A presente portaria produz efeitos desde 1 de Junho de 2006. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 1321/2006

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, e da Portaria n.º 1001/99, de 10 de Novembro, com a nova redacção que lhe foi dada pelas Portarias n.ºs 1108/2000, de 27 de Novembro, e 743/2004, de 30 de Junho, nomear o sargento-ajudante SGE (18149086) Fernando Manuel Lourenço Nisa para o cargo de amanuense/arquivista do Gabinete Conjunto do Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Washington, Estados Unidos da América, em substituição do sargento-chefe MELECA (019789-A) Fernando Manuel dos Santos Cruz, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o sargento agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 56/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 1322/2006

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea *a*), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, nomear o capitão-de-fragata M (20682) Nuno José de Melo Canelas Sobral Domingues para o cargo de representante nacional na Célula Permanente da EUROMARFOR, em Rota, Reino de Espanha, em substituição do capitão-de-mar-e-guerra M (20778) Custódio Fernando Lopes, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o oficial agora nomeado assuma funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2006. (Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Agosto de 2006. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 1323/2006

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do almirante Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea *a*), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/2002, de 2 de Novembro, nomear o capitão-de-fragata M (24581) Carlos Manuel Parreira Costa Oliveira Silva para o cargo «OSC PMX 0030 — Staff officer (MIL COOP)» no Quartel-General